

# Mailson nega alterações na política econômica

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

“Não há mais condições de se fazer nada, quanto menos mexer é melhor”, disse ontem a assessores o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, desautorizando de novo versões sobre a preparação de novas medidas, o reajuste do câmbio acima da inflação e as especulações sobre os índices futuros de preços, que apontam para uma eventual explosão em janeiro.

“O governo jamais fez projeções”, assegura o ministro, lembrando que os reajustes feitos na variação dos Bônus do Tesouro Nacional (BTN) fiscais refletem sempre dados concretos e “informações novas” do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), transmitidas ao governo pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Ministério da Fazenda informou ontem que não houve qualquer alteração nas decisões do governo com relação às tarifas das estatais, que “pretende deixar completamente alinhadas para não agravar o problema de caixa das empresas”. Técnicos da área econômica mostraram-se preocupados com as diversas versões publicadas no noticiário dos últimos dias, que estariam “sinalizando confusão no mercado”.

Até ontem o IBGE não havia repassado ao governo qualquer informação adicional sobre o IPC de dezembro, cuja coleta encerrou-se no último dia 15, com o levantamento parcial de quatro capitais apontando para 54,4%. O que mais pesou nos índices de novembro e dezembro — devendo ter impacto também sobre o INPC medido de 1º a 30 de cada mês — foram os aumentos de 154% nas tarifas de energia elétrica para consumo residencial, segundo um técnico da Fazenda.

“Isto mostra que está sendo colocada em prática a decisão da câmara setorial de preços de acabar com a defasagem tarifária nessa área”, disseram assessores do ministro, reafirmando sua intenção de “manter o nivelamento tarifário até a transmissão do governo ao presidente eleito”.

A orientação é para se completar a recomposição das tarifas energéticas nos próximos dias, mesmo porque havia casos gritantes, como no segmento de consumo residencial, onde a tarifa mínima seria insufi-

ciente para cobrir o custo do papel da conta de luz.

Ferreira da Nóbrega desautorizou as versões do noticiário de fim de semana referentes a uma suposta decisão governamental de reajustar a taxa de câmbio na base de 5 pontos percentuais acima da inflação. “Além de sabermos que isto é tecnicamente impossível, por criar problemas com as reservas internacionais, temos a experiência de 1983, que não foi nada recomendável”, ele observa, referindo-se às consequências da maxidesvalorização daquela época.

Com relação aos boatos de um “novo choque” — que o presidente José Sarney desmentiu no fim de semana —, Ferreira da Nóbrega repetiu a seus assessores a opinião de que não existem condições técnicas nem políticas, muito menos disposição por parte dele e do ministro do Planejamento, Josâo Batista de Abreu. “Quem defende a aplicação de um novo choque demonstra ignorância em relação às condições reais da economia.”

No momento o Executivo não poderia enviar propostas de mudança nas regras do jogo ao Legislativo, devido ao recesso parlamentar. E alterações mais amplas na legislação econômico-financeira não podem ser feitas apenas por medidas provisórias, as quais — uma vez assinadas — implicam automaticamente convocação extraordinária do Congresso, para apreciação dentro de 30 dias.

Para corroborar os desmentidos de novo pacote, o Ministério da Fazenda mostra a lista de assessores do ministro que se encontram de férias ou tiraram folga nas festas de fim de ano. O secretário especial para assuntos econômicos, Mikal Gartenkraut, deixou Brasília na sexta-feira e só retorna no dia 2 de janeiro. Seu adjunto, Mário Tinoco, teve que se ausentar devido ao falecimento de sua mãe no Espírito Santo.

O secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Andrade Gonçalves, também está fora da capital, assim como o assessor especial do Ministério da Fazenda e ex-coordenador da Comissão de Acompanhamento da última experiência de choque econômico, Claudio Adilson Gonçalves, que só devem retornar na primeira semana de janeiro. Na Secretaria de Planejamento (Seplan), o chefe da assessoria econômica, Raul Wagner dos Reis Velloso, também está saindo de férias no início do mês.